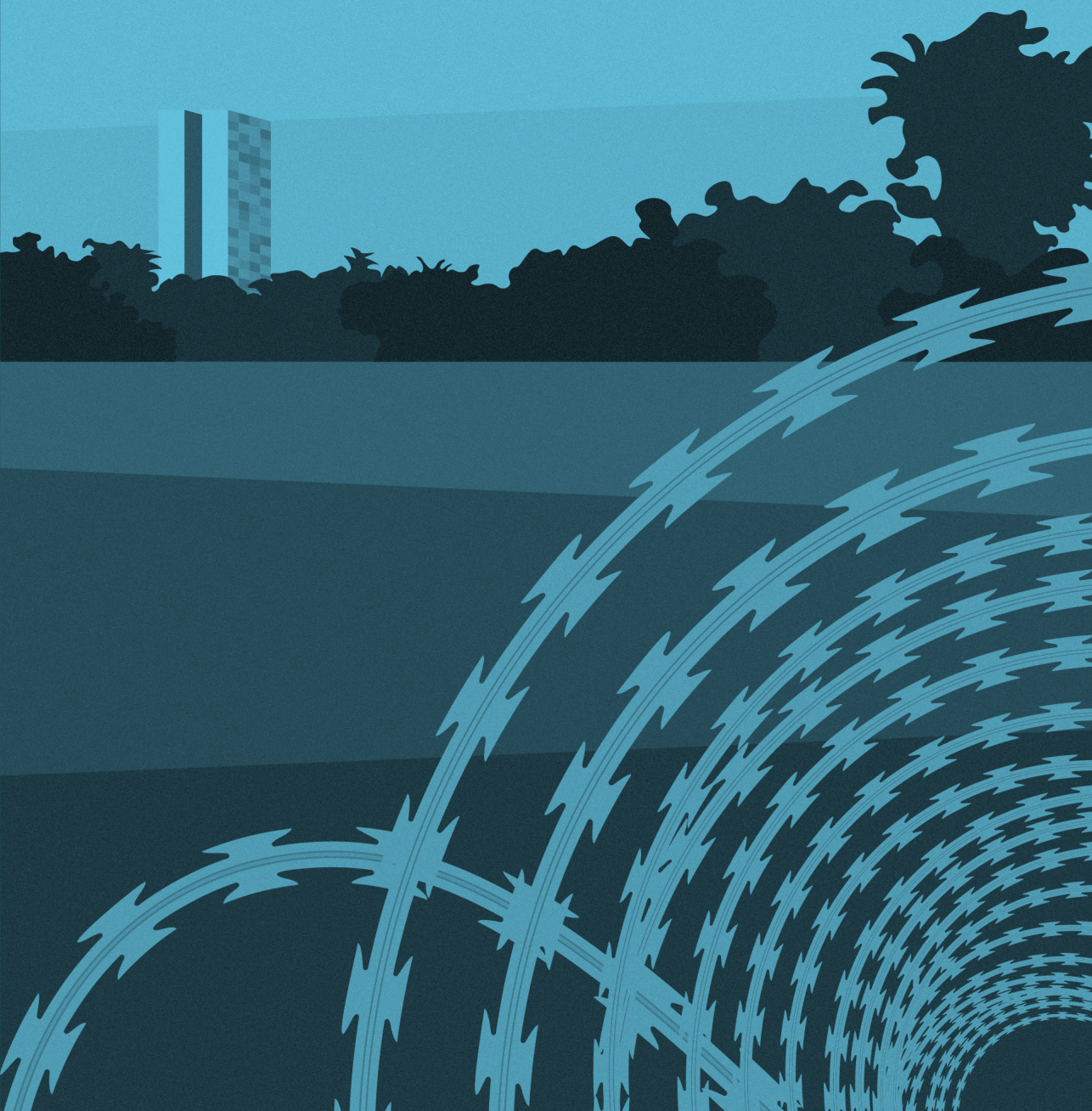


REFORMA ADMINISTRATIVA BOLSONARO/GUEDES:

autoritarismo, fiscalismo, privatismo



Sumário

| | |
|--|------------|
| FORÇA, CORAGEM E LUCIDEZ | 7 |
| Edgar Morin | |
| INTRODUÇÃO | 9 |
| José Celso Cardoso Jr. | |
| 1. REFORMAS ADMINISTRATIVAS NO BRASIL E NO MUNDO: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SUGERE CAUTELA EXTREMA COM A IMPORTAÇÃO DE IDEIAS E MODELOS ESTRANGEIROS. | 13 |
| Regina Coeli Moreira Camargos | |
| 2. BRASIL RUMO À CATÁSTROFE: DESMONTE DO ESTADO E CONDIÇÕES PARA SUPERAÇÃO DA CRISE. | 41 |
| José Celso Cardoso Jr. | |
| 3. ASSÉDIO INSTITUCIONAL COMO MÉTODO DE GOVERNO: DEFINIÇÕES, CARACTERIZAÇÕES E IMPLICAÇÕES PARA O SETOR PÚBLICO FEDERAL BRASILEIRO. | 83 |
| José Celso Cardoso Jr. Frederico A. Barbosa da Silva | |
| 4. ANACRONISMOS DA REFORMA ADMINISTRATIVA: AUTORITARISMO, FISCALISMO, PRIVATISMO. | 99 |
| José Celso Cardoso Jr. | |
| 5. A MILITARIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: PROJETO DE NAÇÃO OU PROJETO DE PODER? | 181 |
| William Nozaki | |

| | |
|--|------------|
| 6. A ELITE SALARIAL DO FUNCIONALISMO PÚBLICO FEDERAL: IDENTIFICAÇÃO CONCEITUAL E DIMENSIONAMENTO EMPÍRICO. | 209 |
| Wellington Nunes | |
| 7. REFORMA ADMINISTRATIVA: A PEC 187/2019 DOS FUNDOS PÚBLICOS E OS DESCAMINHOS DO ESTADO BRASILEIRO. | 233 |
| Lício da Costa Raimundo Saulo Abouchedid | |
| 8. VENDENDO GATO POR LEBRE: A PEC DOS FUNDOS PÚBLICOS (PEC 187/2019) E UMA ESTIMATIVA DOS PARCOS RECURSOS PASSÍVEIS DE LIBERAÇÃO MEDIANTE A DESVINCULAÇÃO DAS FONTES. | 265 |
| Camillo de Moraes Bassi | |
| 9. REFORMA NO PACTO FEDERATIVO: IMPLICAÇÕES E CONSEQUÊNCIAS DA PEC 188/2019. | 315 |
| Aristides Monteiro Neto | |
| 10. ANACRONISMOS DA PEC 188/2019: EQUILÍBRIO FISCAL INTERGERACIONAL E COLAPSO SOCIAL. | 339 |
| José Celso Cardoso Jr. | |
| 11. ANACRONISMOS DA PEC 188/2019: CRÍTICA À PROPOSTA DE DESCENTRALIZAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO. | 373 |
| Camilo M. Bassi | |
| 12. A PEC 32/2020 E OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DELIBERATIVA. | 393 |
| Liana Carleial (UFPR) | |
| CONCLUSÃO GERAL | 411 |
| José Celso Cardoso Jr. | |
| DESABAFO DO DIA D | 413 |
| Daniel Farias | |

Força, Coragem e Lucidez

EDGAR MORIN

Surpreendi-me com a pandemia mas em minha vida estou habituado a ver chegar o inesperado. A chegada de Hitler foi inesperada para todos. O pacto germano-soviético foi inesperado e inacreditável. O início da guerra da Argélia foi inesperado. Eu só vivi pelo inesperado e pelo hábito com crises. Nesse sentido, estou vivendo uma crise nova, enorme, mas que tem todas as características da crise. Isto é, de um lado suscita a imaginação criativa e, de outro, suscita medos e regressões mentais.

Buscamos todos a salvação providencial, só que não sabemos como. É preciso aprender que na história o inesperado acontece, e acontecerá de novo. Pensamos viver certezas, com estatísticas, previsões, e com a ideia de que tudo era estável, quando já tudo começava a entrar em crise. Não nos demos conta. Precisamos aprender a viver com a incerteza, isto é, ter a coragem de enfrentar, de estar pronto para resistir às forças negativas.

A crise nos torna mais loucos e mais sábios. Uma coisa e outra. Grande parte das pessoas perde a cabeça e outras tornam-se mais lúcidas. A crise favorece as forças mais contrárias. Desejo que sejam as forças criativas, as forças lúcidas e as que buscam um novo caminho, aquelas a se imporem, embora ainda sejam muito dispersas e fracas. Com razão podemos nos indignar mas não devemos nos trancar na indignação.

Há algo que esquecemos: há vinte anos começou um processo de degradação no mundo. A crise da democracia não é apenas na América Latina, mas também nos países europeus. A dominação do lucro ilimitado que controla tudo está em todos os países. Idem a crise ecológica. O espírito deve enfrentar as crises para dominá-las e superá-las. Do contrário somos suas vítimas.

Vemos hoje instalarem-se os elementos de um totalitarismo. Este, não tem mais nada a ver com o do século passado. Mas temos todos os meios de vigilância a partir de drones, de celulares, de reconhecimento facial. Existem todos os meios para surgir um totalitarismo de vigilância. O problema é impedir que esses elementos se reúnam para criar uma sociedade totalitária e invivível para nós.

Às vésperas dos 100 anos, o que posso desejar? Eu desejo força, coragem e lucidez. Precisamos viver em pequenos oásis de vida e de fraternidade.

Introdução

JOSÉ CELSO CARDOSO JR.

O Brasil encontra-se, mais uma vez em sua história, diante de desafios e escolhas irreconciliáveis. Ou se submete aos processos de moralização arcaica dos costumes, valores antidemocráticos e criminalização da política, sindicatos e movimentos sociais, ou se levanta e luta. Ou adota o caminho da mediocridade e da subalternidade econômica, política e social, mas também intelectual, moral e cultural, ou se reinventa como nação para reescrever o seu próprio destino histórico.

Na quadra história em que a humanidade se encontra desde princípios do século XXI, já parece claro o colapso (ou ao menos algumas tendências nítidas de grande enfraquecimento institucional e disfuncionalidades práticas) das regras gerais de organização, regulação e funcionamento dos sistemas econômicos, políticos, sociais, culturais, tecnológicos e ambientais dominantes em escala planetária.

Em termos econômicos, o modo de produção, acumulação – e exclusão – capitalista domina hoje praticamente todos os espaços mundiais e até mesmo todas as esferas da vida coletiva e domiciliar/familiar. Hoje em dia, tudo é mercadoria; tudo é mercadoria sob a forma monetária. A expressão financeirizada das formas de produção e acumulação do valor representa o outro lado do processo crescente e aparentemente irreversível de redundância/desemprego estrutural do trabalho vivo. Deste modo, o desemprego aberto de longa duração e todas as demais formas de subemprego e trabalho precário que hoje percorrem os países do mundo, com todas as consequências humanas que isso representa numa economia/sociedade que depende da fruição da renda monetária para se realizar, são a forma de manifestação mais visível do fracasso do modelo capitalista em sua tentativa de organizar, regular e fazer funcionar, em escala global e intertemporal, as diversas dimensões econômicas e sociais do cotidiano das pessoas.

Por sua vez, do ponto de vista político-institucional, vive-se neste século XXI uma crise sem precedentes nos sistemas democráticos representativos. A olhos vistos, parece que nunca foi tão grande a distância entre as necessidades e anseios dos diversos grupos populacionais e a (baixíssima) capacidade de representação política e de respostas institucionais adequadas dos governantes. Por outro lado, apesar das deficiências notórias dos sistemas representativos da atualidade, há fortes resistências dos poderes econômico, social e político constituídos a quaisquer tentativas de experi-

mentação política que impliquem maior protagonismo popular de grupos sociais historicamente excluídos por meio de modelos alternativos de democracia participativa ou deliberativa. E isso, mesmo considerando o enorme potencial participativo presente nas novas tecnologias de comunicação e de produção e circulação de informações, as quais, na ausência quase completa de regulação pública em âmbito internacional e notoriamente em países periféricos como o Brasil, vem sendo apropriadas e usadas por pessoas, grupos e empresas para confundir, obscurecer e manipular realidades e situações, disseminando o caos comunicacional e reproduzindo heterogeneidades e dependências em escala ampliada.

Com o dito até aqui, já ficam claras a amplitude e a profundidade dos problemas sociais, culturais e ambientais que decorrem do aparente colapso civilizatório em curso. É deste cenário desolador que se deve partir para o repensar acerca do peso e papel do Estado nacional (e da função pública) na contemporaneidade, sobretudo em suas interrelações com os mundos econômico, político, social, cultural e ambiental em franca deterioração nos dias que correm. Para tanto, focando apenas no caso brasileiro, a proposta deste livro consiste em lançar mão de 3 ideias-forças de cujo resgate teórico-histórico se poderia partir para avançar tanto na crítica aos formatos e conteúdos atualmente dominantes na esfera estatal como, indo além, avançar também na reafirmação ou proposição de novos princípios, diretrizes, estratégias e táticas de ação – coletiva, contínua e cumulativa – que nos permitam conduzir a situação para um patamar qualitativamente superior de entendimento, organização e funcionamento do Estado nacional para as novas gerações de brasileiros e brasileiras, ainda no século XXI.

As 3 ideias-forças para a tarefa aqui proposta são as seguintes:

i) **o desenvolvimento nacional como carro-chefe da ação do Estado**, ou seja, o Estado não existe para si próprio, mas como veículo para o desenvolvimento da nação. Nesse sentido, fortalecer as dimensões do planejamento estratégico público, da gestão participativa e do controle social – estratégias essas de organização e funcionamento do Estado – é fundamental para que possamos dar um salto de qualidade ainda no século XXI no Brasil.

ii) **a necessidade de uma reforma do Estado de natureza republicana**, que traga mais transparência aos processos decisórios, no trato da coisa pública de modo geral, redirecionando a ação governamental para as necessidades vitais e universais da população.

iii) **por fim, a revalorização da política e da democracia**: não há como fazer uma mudança dessa envergadura sem a participação bem informada da maioria da população. A democracia não é apenas um valor em si, mas também um método de governo, por meio do qual as vontades da maioria da população se manifestam, eleitoral e periodicamente. Mas também de modo mais intenso e cotidiano por meio de formas e mecanismos mais ou menos institucionalizados de interconexão Estado – Sociedade.

Ou seja, para além da democracia representativa em crise, há elementos de uma democracia participativa – e mesmo deliberativa – que pressionam por mais e melhores espaços de existência e funcionamento.

A proposta acima sugerida reafirma o fato de que para debater tais desafios e lutar por um Estado moderno e serviços públicos de qualidade no Brasil, é preciso ter claro que em todas as experiências internacionais exitosas de desenvolvimento, é possível constatar o papel fundamental do ente estatal como produtor direto, indutor e regulador das atividades econômicas para que essas cumpram, além dos seus objetivos microeconômicos precípuos, objetivos macroeconômicos de inovação e inclusão produtiva e de elevação e homogeneização social das condições de vida da população residente em território nacional.-

Em síntese, se é verdade que o desenvolvimento brasileiro no século XXI deve ser capaz de promover, de forma republicana e democrática: i) *governabilidade e governança institucional*; ii) *soberania, defesa externa, segurança interna e integração territorial*; iii) *infraestrutura econômica, social e urbana*; iv) *produção, inovação e proteção ambiental*; v) *promoção e proteção social, direitos humanos e oportunidades* adequadas à toda população residente, então o desenho organizacional do Estado brasileiro deve possuir tantas áreas de atuação programáticas e carreiras estratégicas quanto as necessárias para enfrentar os grandes desafios nacionais de nosso tempo. Este é o escopo necessário para uma discussão qualificada acerca do perfil e atuação que carreiras estratégicas – muito mais que apenas dos tais cargos típicos de Estado – no setor público devem possuir e desempenhar no campo do desenvolvimento brasileiro no século XXI.

Neste sentido, há cinco fundamentos históricos da ocupação no setor público, presentes em maior ou menor medida nos Estados nacionais contemporâneos, que precisam ser levados em consideração para uma boa estrutura de governança e por incentivos corretos à produtividade e ao desempenho institucional satisfatório ao longo do tempo. São eles: i) *estabilidade na ocupação*, idealmente conquistada por critérios meritocráticos em ambiente geral de homogeneidade econômica, republicanismo político e democracia social, visando a proteção contra arbitrariedades – inclusive político-partidárias – cometidas pelo Estado-empregador; ii) *remuneração adequada e previsível* ao longo do ciclo laboral; iii) *qualificação elevada e capacitação permanente* no âmbito das funções precípuas dos respectivos cargos e organizações; iv) *cooperação* – ao invés da competição – interpessoal e intra/inter organizações como critério de atuação e método primordial de trabalho no setor público; e v) *liberdade de organização e autonomia de atuação sindical*.

Desta maneira, o aumento de produtividade e a melhoria de desempenho institucional agregado do setor público será resultado desse trabalho difícil, mas necessário, de valorização e profissionalização da burocracia pública ao longo do tempo. Não há, portanto, choque de gestão algum que supere ou substitua o acima indicado.

Por isso, uma verdadeira política nacional de recursos humanos no setor público deve ser capaz de promover e incentivar a valorização e a profissionalização da burocracia pública a partir do conceito de ciclo laboral no setor público, algo que envolve as seguintes etapas interligadas organicamente: i) *seleção*; ii) *capacitação*; iii) *alocação*; iv) *remuneração*; v) *progressão*; vi) *aposentação*. Ademais, deve atentar para os fatores que realmente garantem ganhos de produtividade e de desempenho institucional no setor público: i) *ambiente de trabalho*; ii) *incentivos não pecuniários e técnicas organizacionais*; iii) *trilhas de capacitação permanente*; iv) *critérios para avaliação e progressão funcional*; v) *remuneração adequada e previsível*; vi) *fundamentos da estabilidade e critérios justos para demissão*; vii) *condições de realização dinâmica e retroalimentação sistêmica* entre as dimensões citadas. Este é o escopo necessário para uma discussão qualificada acerca do ciclo laboral no setor público e suas relações com os temas e objetivos da produtividade e do desempenho institucional do Estado brasileiro no século XXI.

Tudo somado, não deve haver dúvida de que a solução para os problemas do Estado e da administração pública brasileira passa pela republicanização e pela democratização das estruturas e formas de funcionamento dos aparatos governamentais, com *planejamento governamental participativo, gestão pública democrática, controles burocráticos do Estado voltados para a transparência dos processos decisórios, efetividade das ações públicas e institucionalização da participação social em todas as etapas dos circuitos decisórios das políticas públicas*. Para tanto, a reforma tributária necessária deve ser *progressiva na arrecadação e redistributiva no gasto*. Ademais, há que se promover a refundação democrática das organizações político-partidárias e a criação de novos mecanismos de representação e deliberação coletivas. É preciso um *combate sem tréguas aos privilégios, à injustiça e à corrupção, aliado a medidas de profissionalização e valorização da ocupação no (e do) serviço público*, tais que uma verdadeira política de recursos humanos esteja ancorada e seja inspirada pelos valores e princípios da república, da democracia e do desenvolvimento nacional.

Ao recuperar as 3 ideias-forças acima indicadas, visamos requalificar e pautar os termos do debate público sobre assuntos diretamente relacionados à necessidade de empoderamento da sociedade e do próprio Estado nacional no sentido da *republicanização e democratização* das relações intra estatais e entre agentes públicos e atores sociais e empresariais para a construção de um projeto de desenvolvimento adequado e aderente à realidade brasileira.

É este o intuito deste livro.

Boa leitura e reflexão a todos e todas!

Desabafo do Dia D

Desgosto diante do descaso do déspota
desdenhando da dimensão dessa doença
Desânimo diante da descaração
do degenerado desvirtuando dados

Desgastada democracia desfalece
diante dos discursos ditatoriais
Displícite despreparo de desgoverno
desnorteado, desserviço desprezível

Demônio, diabo! Durando, desgraçado
delinquente desconhecedor de decoro!
Discriminador, detesta diversidade
desbocado, debochado, demagogo!

Discípulos da degradação difundida
diante dessa decadência de direitos
Delirando disparatados desatinos
deliberadamente defendem dinastias

Devotos dessa devastação deflagrada
deixam dúvidas de distúrbios: doidos? Débeis?
Desprovidos de discernimento do drama
da dor da dissolução, do desmembramento?

Duro desespero diário: distopia!
Drástica destruição dos desamparados
Definindo devagar deteriorados
Desonra da discrepante desigualdade

Denúncias descortinam desonestidades
dos delitos delatados, desmitificam
Dizem dos defeitos dolosos: despautérios
Devassando depravações, desqualificam

Desta dolente dormência despertaremos
desevencilharemos, dispararemos dardos
Do dia derradeiro dessa derrocada
Descansaremos depois de desmoronado

DANIEL FARIAS¹

1 Ator, poeta, compositor, dramaturgo e bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia.
Mais informações em: <<https://www.danielfarias.art.br/>> e <<https://mapadapalavra.ba.gov.br/daniel-farias/>>

afipea

Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea | Associação dos Funcionários do Ipea



ARCA

Carreiras Públicas pelo Desenvolvimento Sustentável